

MIH8235	;Cópia do Termo de Adesão - Protocolo Brasil-ID (Convênio ICMS 12/2013), indicando a(s) placa(s) do(s) veículo(s) de carga, nos termos do Decreto nº 60.169/2021.
NPO3137	;Cópia do Termo de Adesão - Protocolo Brasil-ID (Convênio ICMS 12/2013), indicando a(s) placa(s) do(s) veículo(s) de carga, nos termos do Decreto nº 60.169/2021.
NPO3417	;Cópia do Termo de Adesão - Protocolo Brasil-ID (Convênio ICMS 12/2013), indicando a(s) placa(s) do(s) veículo(s) de carga, nos termos do Decreto nº 60.169/2021.
NPO3627	;Cópia do Termo de Adesão - Protocolo Brasil-ID (Convênio ICMS 12/2013), indicando a(s) placa(s) do(s) veículo(s) de carga, nos termos do Decreto nº 60.169/2021.
NPO4567	;Cópia do Termo de Adesão - Protocolo Brasil-ID (Convênio ICMS 12/2013), indicando a(s) placa(s) do(s) veículo(s) de carga, nos termos do Decreto nº 60.169/2021.
NRW8130	;Cópia do Termo de Adesão - Protocolo Brasil-ID (Convênio ICMS 12/2013), indicando a(s) placa(s) do(s) veículo(s) de carga, nos termos do Decreto nº 60.169/2021.
ONL3479	;Cópia do Termo de Adesão - Protocolo Brasil-ID (Convênio ICMS 12/2013), indicando a(s) placa(s) do(s) veículo(s) de carga, nos termos do Decreto nº 60.169/2021.
ONL5739	;Cópia do Termo de Adesão - Protocolo Brasil-ID (Convênio ICMS 12/2013), indicando a(s) placa(s) do(s) veículo(s) de carga, nos termos do Decreto nº 60.169/2021.
ONR0172	;Cópia do Termo de Adesão - Protocolo Brasil-ID (Convênio ICMS 12/2013), indicando a(s) placa(s) do(s) veículo(s) de carga, nos termos do Decreto nº 60.169/2021.
QXQ2170	;Cópia do Termo de Adesão - Protocolo Brasil-ID (Convênio ICMS 12/2013), indicando a(s) placa(s) do(s) veículo(s) de carga, nos termos do Decreto nº 60.169/2021.
Total de Placas com Pendências(s): 15	

## DEPTO DE TRANSPORTES PÚBLICOS

### INTIMAÇÃO

Processo SEI nº. 6020.2021/0022124-0

O Diretor do Departamento de Transportes Públicos, INTIMA O(a) Sr(a) FERNANDO FEDOZZI – Condutax nº 218.747-35, para proceder a baixa do segundo motorista – Sr. VINICIUS RABELO CARVALHO – Condutax 240.835-34, do alvará de estacionamento nº 031.021-22, através do e-mail institucional: dtp.taxi@prefeitura.sp.gov.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir desta publicação, sob pena deste Departamento proceder a baixa “ex-officio”.

### INTIMAÇÃO

Processo SEI nº. 6020.2021/0019356-5

O Diretor do Departamento de Transportes Públicos, INTIMA O(a) Sr(a) BRUNO DIAS DA SILVA, Condutax nº 282.910-34, para proceder sua baixa como coproprietário e veículo do alvará de estacionamento nº 041.609-24, através do e-mail institucional: dtp.taxi@prefeitura.sp.gov.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir desta publicação, sob pena deste Departamento proceder a baixa “ex-officio”.

### INTIMAÇÃO

Processo SEI nº. 6020.2021/0018448-5

O Diretor do Departamento de Transportes Públicos, INTIMA O(a) Sr(a) STEFAN GUSMATTI DE OLIVEIRA, Condutax nº 288.068-32, para proceder sua baixa como coproprietário e veículo do alvará de estacionamento nº 011.489-23, através do e-mail institucional: dtp.taxi@prefeitura.sp.gov.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir desta publicação, sob pena deste Departamento proceder a baixa “ex-officio”.

### INTIMAÇÃO

Processo SEI nº. 6020.2020/0005368-0

O Diretor do Departamento de Transportes Públicos, INTIMA O(a) Sr(a) MARCUS CESAR SOARES ANDRE, Condutax nº 270.834-38, para proceder sua baixa como coproprietário e veículo do alvará de estacionamento nº 019.584-29, através do e-mail institucional: dtp.taxi@prefeitura.sp.gov.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir desta publicação, sob pena deste Departamento proceder a baixa “ex-officio”.

## VERDE E MEIO AMBIENTE

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### ATOS ADMINISTRATIVOS

#### COMUNIQUE-SE: LISTA 827

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE

ENDERECO: RUA DO PARAÍSO, 387  
6027.2020/0012567-1 - Áreas contaminadas: Avaliação Ambiental

Interessados: SHIZUE NOZUMA

COMUNIQUE-SE: 349/GTAC/2021

O Grupo Técnico de Áreas Contaminadas solicita:

1. Apresentar o relatório de Investigação Confirmatória, conforme Decisão de Diretoria nº 038/17/C da CETESB. Recomendando-se realizar vistas à Informação Técnica nº 227/GTAC/2021, anteriormente à apresentação do relatório mencionado. As vistas poderão ser solicitadas através do email svmagtac@prefeitura.sp.gov.br.

2. Apresentar a Certidão de Dados Cadastrais do Imóvel - IPTU do imóvel de interesse.

3. Informar os processos administrativos existentes para a área de interesse, em curso na PMSP e o motivo de autuação dos mesmos.

4. Apresentar Declaração de Responsabilidade referente ao relatório de Avaliação Ambiental Preliminar, Abril/2021.

5. Reapresentar Declaração de Compatibilidade.

**Prazo para atendimento: 60 dias contados a partir da data da publicação no DOC. A documentação deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA. Tendo em vista comunicado do Secretário da Secretaria do Verde e Meio Ambiente suspendendo o atendimento presencial nas dependências desta SVMA, em consonância ao Art 3º do Decreto Municipal nº. 59.283/2020, a documentação de atendimento ao Comunicue-se, bem como dúvidas eventuais, poderão ser encaminhadas por meio do e-mail svmagtac@prefeitura.sp.gov.br, até que a situação seja normalizada. Caso o tempo para atendimento seja insuficiente o interessado deverá encaminhar solicitação de prorrogação de prazo, contendo justificativa plausível, e o período necessário para atendimento ao solicitado.**

**Análise de Plano de Atendimento a Emergências - PAE 6027.2021/0005207-2 - Interessado(a): EXPRESSO RIO VERMELHO TRANSPORTES LTDA**

COMUNIQUE-SE: O(a) interessado(a) EXPRESSO RIO VERMELHO TRANSPORTES LTDA, CNPJ 07.655.407/0002-87, deverá encaminhar para o endereço eletrônico svmagtpae@prefeitura.sp.gov.br, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data desta publicação no DOC, a adequação do Plano de Atendimento a Emergências, complementando as seguintes informações:

1. Contrato Social registrado em órgão oficial competente. O documento apresentado não tinha indicação de registro e nem estava assinado;

Em caso de dúvidas entrar em contato através do endereço eletrônico supracitado.

**CERTIFICADO AMBIENTAL RECEBIMENTO DEFINITIVO DO TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL – TCA nº 125/2017 Processo nº 2016-0.184.296-8 Aes 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, na sede da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA, da Prefeitura do Município de São Paulo, na presença do Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, foi apresentado o laudo de comprovação do atendimento das obrigações contidas no TCA assinado por F. M. F. T., representante da empresa JML CORP DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA., CNPJ/MF nº 17.893.440/0001-18, para declarar o que segue: 1 – que nos termos do despacho de fls. 197, proferido nos autos em epígrafe e nas Cláusulas do TCA nº 125/2017, publicado no DOC em 26/01/2018, pág. 15, sob fls. 207 a 211 dos autos, o interessado executou as obrigações e serviços pactuados em compensação pelos cortes autorizados e realizados na Rua José Maria Lisboa, nºs 745, 747, 751, 761 e 757, e Avenida Nove de Julho, nºs 3.123, 3.127 e 3.133, Jardim Paulista, São Paulo – SP; 2 – que houve recebimento provisório, publicado no D.O.C. de 12/12/2020, página 71, às fls. 243/243 (verso) dos autos, em razão da expedição do “Habite-se” ou Auto de Conclusão nos termos do parágrafo único do artigo 10º da Lei Municipal nº 10.365/87 atendendo, também, a nº06 do Alvará de Execução de Edificação Nova nº2018/18184-00, emitido em 19/10/2018, às fls.214/216 dos autos; 3 – que as cláusulas do TCA e os prazos de manutenção e conservação do manejo arbóreo, estabelecidos no item 4 do Certificado de Recebimento Provisório, foram cumpridos, conforme relatório de vistoria realizado pelo Eng.º Agr.º de GTMAPP, às fls.252 dos autos. Conforme concluiu a Assessoria Técnica da Coordenação de Licenciamento Ambiental, o compromissado cumpriu o Termo de Compromisso Ambiental, dentro das especificações técnicas exigidas, não ficando isento das obrigações e responsabilidades previstas na Lei 10.365/87. Este Certificado é expedido tendo em vista o encerramento do processo.**

**Em atenção ao Decreto Municipal 59.283/2020, art. 5º, c.c Portaria nº 02/SVMA/2021, o documento poderá ser retirado na Sede da SVMA, Rua do Paraíso, nº 387 andar, 7º andar, mediante procuração com firma reconhecida ou cópia autenticada, ante ao agendamento prévio pelo telefone 5187-0365, o qual DEPENDERÁ DA CONFIRMAÇÃO PELO E-MAIL da ctca@prefeitura.sp.gov.br ao e-mail fornecido pelo interessado**

## DEPTO DE PARTICIPAÇÃO E FOMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS

### EDITAL 20/SVMA-CGC/2021

O Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo, Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES convida para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com o objetivo de discutir questões relacionadas ao **Estudo de Impacto de Vizinha e Relatório de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV)**, nos termos do decreto municipal 34.713/94 ou a que vier a substituí-la, passíveis de deferimento pelo CADES, referente à implantação e à construção do empreendimento SUPER JK SÃO PAULO localizado na Av. Pres Juscelino Kubitschek, 610 São Paulo – Vila Nova Conceição nº SEI 6068.2021/0001360-7, sendo certo que a Audiência Pública ocorrerá de forma virtual pela ferramenta MICROSOFT TEAMS, oportunidade em que será o mesmo apresentado e debatido, e que serão prestados esclarecimentos e colhidas sugestões.

Data 31/08/2021

Horário: 14:00

Plataforma: Microsoft Teams

O exemplar do EIV/RIV deverá estar disponível para consulta, no site da secretaria do verde e do meio ambiente através do link: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio\\_ambiente/eia\\_ri\\_maeva/index.php?p=170](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/eia_ri_maeva/index.php?p=170), desde a divulgação deste edital, referente a esta audiência pública, no Diário Oficial da Cidade (DOC), até o seu encerramento, nos termos do artigo 12 da Resolução nº. 177/CADES/2015, de 19 de dezembro de 2015.

Nos termos da portaria nº 23/CADES/2021 que regulamenta as reuniões e audiências desta secretaria serem de forma remota, desta feita, está disponível formulário de inscrição para participação na referida audiência pública, através do link: <https://forms.office.com/r/TAX9zRdxUT>.

Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcelos

Secretário Adjunto Municipal do Verde e do Meio Ambiente  
Presidente em Exercício do Conselho Municipal do Meio Ambiente

e Desenvolvimento Sustentável – CADES

## COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO

### GABINETE DO PRESIDENTE

#### COHAB - CONTABILIDADE

#### DESPACHO

Objetivando atender às necessidades de pronto pagamento da Superintendência Jurídica, conforme **Processo SEI nº 7610.2021/0002072-5** e baseado nas disposições legais atinentes à matéria, em especial o artigo 2º, inciso I e VIII da Lei 10.513/88, bem como os artigos 1º, 4º e 5º do Decreto 48.592/07 e Portaria SF 151/2012, **AUTORIZO**, de acordo com a Norma COHAB/GAFIN P-059, a concessão de adiantamento em nome do funcionário HEITOR JAYME DE MELO, RE nº 8103-5, CPF nº 312.407.368-19, referente ao mês de Agosto de 2021, com a emissão de Nota de Empenho, de Liquidação e de Pagamento no valor de **R\$ 4.000,00** (Quatro mil reais), onerando a dotação 83.10.16.122.3024.2.100.3.3.90.39.00.09.

## SÃO PAULO URBANISMO

### GABINETE DO PRESIDENTE

#### PROCESSO SEI Nº 7810.2020/0000201-3

**ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OUC ÁGUA ESPRAIADA REALIZADA EM 12/05/2021**  
**Plataforma Microsoft Teams**

Às 15h12, do dia 12 de maio de 2021, Sr. Marcelo Fonseca Ignatios, Coordenador do Grupo de Gestão da Operação Urbana Água Espraiada e representante titular da São Paulo Urbanismo, toma a palavra, cumprimenta cordialmente os presentes e inicia a 59ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada – GG OUCAE, com pauta proposta: Expediente: I. Verificação de Presença; II. Publicação D.O.C. portaria SGM 68, de 03 de março de 2021, designa o senhor MARCELO FONSECA IGNATIOS, para, na qualidade de titular, e como representante da São Paulo Urbanismo, integrar o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada; Publicação D.O.C. portaria SGM 68, de 03

de março de 2021, designa o senhor DAWTON ROBERTO BATISTA GAIÁ, para, na qualidade de titular, e como representante da Secretaria de Mobilidade e Transportes, integrar o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada; Publicação D.O.C. portaria SGM 68, de 03 de março de 2021, designa a senhora MARINA MASUR REIS, para, na qualidade de titular, e como representante da Subprefeitura Jabaquara, integrar o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada; III. Leitura e aprovação da ata: 58ª Reunião Ordinária (24/02/2021) do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada; Ordem do dia: I. Controle de Estoque; II. Aspectos Financeiros; a. Quadro Financeiro; b. Execução Orçamentária 2020; c. Execução Orçamentária 2021; III. Andamento das Intervenções: a. Prolongamento da Av. Jorn. Roberto Marinho - Via Parque; Prolongamento da Av. Churci Zaidan; HIS Grupo 1; b. HIS Grupo 3 Conjunto Estevão Baíão; c. Trabalho Social realizado no trimestre; b. Quadro de Planejamento Geral; IV. Andamento do 1º Leilão da 6ª Distribuição Pública de CEPAC; V. Critérios de concessão de atendimento habitacional provisório e definitivo; VI. Deliberação: Contratação de Equipe para Limpeza das áreas desapropriadas pela OUCAE (HIS e Prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho); VII. Informes. Sra. Daniela Nunes Zílio, analista de desenvolvimento da Gerência de Gestão Participativa da SPUrbanismo, realiza o expediente. Verifica a presença dos seguintes representantes: Marcelo Fonseca Ignatios, representante titular da São Paulo Urbanismo; Lara Cavalcante Ribeiro Figueiredo, representante suplente da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL; Denise Maria Saliba Dias Gomes, representante titular Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – SMT; Maria José Gullo, representante titular da Secretaria Municipal De Habitação – SEHAB; Nelson Ferreti Filho, representante suplente da Secretaria Municipal De Habitação – SEHAB; Erika Valdman, representante titular da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA; Fernando Fernandes Bernardino, representante titular da Secretaria Municipal da Fazenda – SF; Antônia Ribeiro Guglielmi, representante suplente da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB; Marina Masur Reis, representante titular da Subprefeitura Jabaquara; Fernando Marco Ferreira, representante suplente da Subprefeitura Jabaquara; José Orlando Ghedini, representante titular do Movimento Defesa São Paulo; Antônio Marcos Dória Vieira, representante titular da Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas – APEOP; Eduardo Della Manna, representante titular do Sindicato das Empresas de Compras, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo – SECOVI; Tânia Martins, representante titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo – FAU/USP e Sheila Mendes do Nascimento, representante titular da Associação dos Representantes dos Moradores De Favela Do Perímetro Da Operação Urbana. Segue para a aprovação da ata relativa à 58ª Reunião Ordinária (24/02/2021), sendo aprovada sem manifestações contrárias. Sr. Eduardo Della Manna, representante titular do SECOVI, pede a palavra e solicita a inversão de pauta para o item IV da Ordem do Dia e, com a concordância dos presentes, Sr. Marcelo Fonseca Ignatios realiza informe sobre o andamento do 1º Leilão da 6ª Distribuição Pública de CEPAC (SEI nº 6068.2021/00001196-5), suspenso no final do ano passado, esclarecendo que já foi feita a defesa, mas o Tribunal de Contas do Município – TCM devolveu solicitando esclarecimentos sobre a modelagem econômica e financeira e sobre o valor mínimo do CEPAC a ser colocado em leilão e esclarece que já foi encaminhada resposta, com os esclarecimentos adicionais. Aguarda-se a liberação do Tribunal de Contas do Município, para publicação do Edital. Sr. Antonio Marcos Dória Vieira, representante titular da APEOP, reconhece o esforço feito para a realização do leilão, de modo que os questionamentos são passíveis de serem sanados. Reflete que o mercado permanece aquecido mesmo na crise sanitária. Entende que a avaliação da conjuntura feita no âmbito do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira – EVEF é tímida ao recomendar a oferta de 160 mil CEPAC e sugere ofertar 320 mil CEPAC neste 1º Leilão. Sr. Marcelo Fonseca Ignatios esclarece que o EVEF foi feito até março/2020 e registra que a autorização total junto à CVM é 320 mil CEPAC, de modo que foi feita avaliação estratégica de disponibilizar a metade no primeiro leilão. Quando for liberado o leilão, será feita a avaliação estratégica para a realização do leilão. Sr. Antonio Marcos Dória Vieira reforça que a oferta de CEPAC é tímida frente ao apetite do mercado imobiliário. Sra. Sheila Mendes do Nascimento, representante titular da Associação dos Representantes dos Moradores De Favela Do Perímetro Da Operação Urbana, demonstra preocupação em relação ao leilão de 160 mil CEPAC, apontando que os 30% de recursos carimbados para a habitação em leilão de baixa arrecadação não serão suficientes para executar as obras de HIS e reassentar as famílias em auxílio aluguel. Sr. Eduardo Della Manna pede reconsideração para ofertar a totalidade do CEPAC autorizado, colocando-se à disposição para sensibilizar os conselheiros do TCM. Sra. Marina Masur Reis, representante titular da Subprefeitura Jabaquara, reforça a fala dos antecessores. Sra. Maria Lúcia Refinetti Martins, representante titular da FAUUSP, concorda que a operação precisa de recursos, mas ressalta que, quando há oferta maior de produto, o preço tende a baixar e, neste caso o valor mínimo também precisa ser rediscutido, tendo em vista que há apetite do mercado imobiliário. Sr. Marcelo Fonseca Ignatios ressalta que a estratégia adotada de autorizar somente a metade dos 320.000 CEPAC para esgotar o estoque dos setores disponíveis, evitando super oferta de títulos em setores subofertados, o que causaria distúrbio no comportamento do mercado imobiliário, colocando mais CEPAC em condição de que eles não seriam todos conversíveis nos setores que são mais demandados. A proposta de divisão pela metade era justamente para testar e, se de fato houver apetite do mercado, o restante poderia ser feito em 2º leilão da mesma Distribuição Pública. Sr. Fernando Fernandes Bernardino, representante titular de SF questiona sobre qual seria a previsão de arrecadação, o que é respondido pelo Sr. Marcelo Fonseca Ignatios que, caso seja utilizado o valor previsto de R\$ 1.450.000 por CEPAC, a previsão é de arrecadar em torno de R\$ 232.000.000,00. Sr. Antonio Marcos Dória Vieira comenta a fala da representante titular da FAUUSP de que temos que estar alinhado com os objetivos da OUCAE, o que Sra. Maria Lúcia Refinetti Martins esclarece proposta de estabelecer valor mínimo maior, de modo que o mercado poderá pagar mais. Sr. Marcelo Fonseca Ignatios propõe como encaminhamento que o assunto seja retomado no momento em que se obtenha a autorização para publicação do Edital do 1º Leilão, considerando que já se passaram quase seis meses. Retoma o primeiro item da pauta. Sra. Marilena Fajersztajn, Gerente de Análise Técnica da SPUrbanismo, apresenta quadro de controle de estoques da OUCAE, com posição em 03/05/2021, assinalando que as informações estão disponíveis no site da SPUrbanismo. Divulga o Quadro Resumo de Controle de Estoque e de CEPAC, o Quadro de Controle de Estoque de Potencial Construtivo Adicional (ACA), demonstrando a evolução ocorrida em relação à posição de fevereiro/2021, salientando as devoluções de estoque nos Setores Berrini e Churci Zaidan, relacionadas às alterações de propostas que estão ocorrendo, com desvinculações e transformações de uso. Finaliza comentando a disponibilidade dos CEPAC e o quanto já foi convertido, as desvinculações de CEPAC, ressaltando o saldo de 1.100.000 CEPAC recém aprovado em lei. Comenta estar havendo mudanças nas propostas, a partir de pedidos de alteração de CEPAC. Pontua a importância da publicação do decreto de regulação sobre a alteração de certidão de CEPAC para atração de investimentos significativos para OUCAE. Sr. Antonio Marcos Dória Vieira questiona por que a minuta de decreto sobre a al-

teração de usos não é promulgado, o que Sr. Marcelo Fonseca Ignatios explica que o decreto está em vias de ser publicado (SEI 7810.2020/0001159-4), aguardando apenas a promulgação pelo Prefeito, sendo necessário, neste momento, realizar uma diligência junto ao Vice-prefeito, para colocá-lo a par da situação. Segue-se a pauta. Sra. Maria de Fátima do N. Niy, Gerente de Gestão Financeira da SPUrbanismo, apresentou quadro financeiro, com posição de 31/03/2021, demonstrando total de receitas de R\$ 3.920.723.313, total de despesas de R\$ 3.851.328.189 e saldo de R\$ 69.395.124. Sobre as intervenções em andamento, destacou evolução desde a última reunião de R\$ 3.771.135, sendo (R\$ 475.109 acerca do Prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho – Via Parque; R\$ 215.613 para o HIS Lote 3; R\$ 724.329 para o Conjunto Estevão Baíão; R\$ 353.089 em Gerenciamento Técnico de obras de HIS; R\$ 170.298 em Trabalho Técnico Social e R\$ 779.800 em Auxílio Aluguel. Sobre as Taxas de Administração/Remunerações, pontuou evolução de R\$ 1.052.897. Traz os dados finais sobre a Execução Orçamentária de 2020, tendo : Orçamento Atualizado de R\$ 112.214.888; Valores Reservados e Empenhados até 31/12/2020 de R\$ 58.225.773 e Valores Pagos até 31/04/2021 de R\$ 40.153.103. Sobre a Execução Orçamentária de 2021, informa Orçamento Inicial de R\$ 120.120.644 já prevendo a realização do Leilão, com o Total Reservado até Junho/2021 de R\$ 32.032.884, demonstrando detalhamento das principais dotações, ressaltando a necessidade de que o leilão ocorra para dar lastro às ações previstas para a execução orçamentária deste ano. Sr. Fernando Fernandes Bernardino pergunta se o orçamento será atualizado caso a arrecadação do leilão ultrapasse os valores previstos, o que Sra. Maria de Fátima do N. Niy explica que o planejamento para 2021 foi feito com base na demanda dos órgãos executores e deve ser suficiente, uma vez que já estamos com cinco meses de atraso e o orçamento previsto deve ser suficiente para que os órgãos executores executem o que forem capazes, mas caso seja necessário é possível alterar, sendo ressaltado que o planejamento de 2022 já está em curso e exigirá recursos para execução das obras que estão sendo projetadas. Sr. Fernando Fernandes Bernardino reflete que, a partir da limitação dos órgãos em executar para além do valor já previsto na LOA 2021, a quantidade de CEPAC a ser ofertada no leilão deve considerar também a capacidade de execução dos órgãos executores, o que superaria o debate realizado no início da reunião sobre proposta de ofertar maior número de CEPAC no 1º Leilão da 6ª Distribuição Pública de CEPAC da OUCAE, o que é confirmado pela Sra. Maria Teresa Stape Affleck. Sr. Fernando Fernandes Bernardino opina que não há sentido inopar o mercado com CEPAC e deixar o dinheiro parado, sendo oportuno planejar as arrecadações concomitantes às ações. Sra. Maria Lúcia Refinetti Martins retoma debate sobre leilão de CEPAC, apontando que o dinheiro não utilizado é desvinculado, uma vez que há vigente decreto de desvinculação de receita, que se refere à desvinculação das receitas somente relativas ao rendimento financeiro da receita, trimestralmente. Explica que a Municipalidade discute no meio do ano o planejamento orçamentário para 2022. Reflete que, finalizados os projetos, precisará de muito recurso para executar as obras. Sr. Fernando Fernandes Bernardino esclarece que a desvinculação afeta somente os rendimentos financeiros das contas, e não os valores brutos. Sr. José Orlando Ghedini questiona sobre os projetos executados que foram abandonados, com solicitação do histórico destes projetos, desde 2011. Sra. Maria Teresa Stape Affleck esclarece que a execução orçamentária de 2021 é fiel à deliberação do GG OUCAE em priorizar as intervenções de HIS, demonstrando os valores na tabela exposta, de modo que as obras de HIS careciam da elaboração de projetos executivos, que são os objetos das contratações previstas. Esclarece que além da obra do Estevão Baíão, está previsto ~ 12 milhões para finalizar as obras iniciadas HIS 27 e 41, salientando que foi priorizado a realização dos projetos de habitação, para que em 2022, possamos iniciar as obras.

Sr. José Orlando Ghedini solicita levantamento dos projetos elaborados no âmbito da OUCAE e que ainda não foram executados. Cita projeto da Engevix, relativo ao túnel e que teria custado R\$ 75 milhões e projetos do Paulo Bastos, de R\$ 37 milhões, para Via Parque e projetos de HIS com previsão de 4000 UH. Sra. Antônia Ribeiro Guglielmi, representante suplente de SIURB se comprometeu a preparar o material solicitado, salientando que os projetos de HIS, incluídos no contrato da Via Parque, não eram projetos executivos, sendo na sua maioria, somente projetos de arquitetura, que não foram perdidos, nem duplicados. Segue-se a pauta. Sra. Antônia Ribeiro Guglielmi informa sobre as rescisões dos contratos dos lotes 1, 2, 3 e 4, que estão evoluindo, ressaltando que demandam muito tempo, uma vez que envolvem uma parte documental demorada, tanto de projetos, como de obra. Sobre as tratativas com a SABESP relativa a URQ, informa que em relação a questão técnica já ocorreram reuniões com a SABESP para compatibilizar o projeto da URQ com o projeto do parque, relacionada as questões de desapropriação, limites dos lotes, áreas contaminadas e já estão próximos da definição da área mais apropriada. Em relação ao Termo de Cooperação entre SABESP e Prefeitura Municipal de São Paulo, SPObras, SPUrbanismo e SMUL estão definindo a contrapartida a ser exigida pela Prefeitura Municipal de São Paulo e provavelmente, na próxima reunião ordinária, será apresentada proposta para apreciação do Grupo de Gestão. Explica que resta pendente a definição da contrapartida da SABESP para o uso do terreno. Buscam amadurecer o assunto para que haja proposta coerente para ter condições de ser deliberada pelo GG OUCAE. Sobre o Prolongamento da Av. Churci Zaidan, seguem em tratativas com Ministério de Desenvolvimento Regional, em razão de mudanças ocorridas nas regras do financiamento. Explica que está sendo avaliado em conjunto à Caixa Econômica Federal, se o contrato seria feito pelas regras novas ou antigas, uma vez que já havia sido protocolado e aprovado pelas regras antigas, sendo salientado que dificilmente será possível iniciar estas obras ainda em 2021. Sobre as 2.500 unidades habitacionais que não foram construídas nos lotes 1, 2, 3 e 4, informa que está sendo elaborado em SPObras relatório final atualizado para encaminhamento à SPUrbanismo e SEHAB. Sra. Sheila Mendes do Nascimento pergunta se há licitação prevista para a conclusão das obras das áreas 27 e 41 esse há recursos para isso. Sra. Antônia Ribeiro Guglielmi esclarece que não é possível licitar antes da rescisão do contrato do lote 4, cabendo à SPUrbanismo a nova contratação, por conta do Decreto nº 60.040/2020. Sra. Sheila Mendes do Nascimento pergunta se há entendimento em continuar a priorização da execução das obras da Via Parque conforme debatido junto ao GG OUCAE, nos trechos A ao G, questionando como ficará a execução do Trecho A caso imóveis contidos nele sejam cedidos à SABESP para instalação da URQ. Sra. Antônia Ribeiro Guglielmi responde que estão ainda debatendo o assunto junto à Sabesp, para firmar o Termo de Cooperação e a cessão da área, mas que desconhece qualquer mudança no planejamento feito para os trechos a serem priorizados para a execução da Via Parque. Sra. Maria Lucia Refinetti Martins solicita informações sobre a operacionalização do decreto nº 60.040/2020, o que Sr. Marcelo Fonseca Ignatios responde que está evoluindo, mas ainda não há nada concreto, de modo que, assim que possível, o GG OUCAE será informado. Sr. Fernando Fernandes Bernardino solicita que sejam trazidos ao GG OUCAE informações detalhadas sobre as rescisões dos contratos dos lotes 1 a 4. Seguem-se os informes sobre o andamento das informações. Sobre as HIS do Grupo 2, de responsabilidade de COHAB-SP, Sra. Mariú Moura Motta Postól, Gerente de Orçamento, Controle de Contratos e Avaliação da COHAB-SP, informa sobre previsão de publicação do edital de licitação para contratação dos projetos executivos para a primeira quinzena de junho. Explica que os projetos tiveram revisão de orçamento em decorrência da publicação de nova tabela de SIURB. Sobre as HIS do Grupo 3 - Fase 1, Sra. Maria José Gullo, representante titular de SEHAB, demonstra

previsão de assinatura de contrato ainda neste mês, com três empresas distintas, para a elaboração dos projetos executivos dos lotes de licitação A (R\$ 3.805.104,99 – 307UH), B (R\$ 2.759.949,78 – 308UH) e C (R\$ 2.480.994,10 – 196UH), com utilização de tecnologia BIM. Explica que as atividades e os cronogramas serão os mesmos para os três contratos. Sra. Sheila Mendes do Nascimento questiona sobre como serão início das obras em áreas com ocupações irregulares. Sra. Maria José Gullo responde que as famílias ficarão nos imóveis durante a elaboração dos projetos e que serão removidas no momento oportuno, quando as obras serão iniciadas. Sobre o Conjunto Estevão Baião, Sr. Adriano Fávero, engenheiro de SEHAB/CFT, faz apresentação do conjunto habitacional Estevão Baião, composto de 300 UH, com entrega prevista para junho/2021. Trata-se de obras remanescentes, iniciadas em 2010. Justifica atraso no cronograma, anteriormente previsto para dezembro/2020, em decorrência da pandemia do COVID 19, ocasionando dificuldades na compra e entrega de materiais, redução do quadro de funcionários nas obras e exigências de distanciamento social. Devido a esse atraso e considerando também a necessidade de obtenção de alvarás relativo ao projeto, execução e montagem dos elevadores e a formação de condomínio, houve a reprogramação do prazo de entrega. Apresenta quadro da situação da obra com evolução de 97%, faltando o acabamento de serviços complementares e as coberturas. Na sequência, apresenta a previsão total de gasto de R\$ 18.726.355,57, sendo R\$ 14.154.614,44 relativo à 2020 e R\$ 4.571.741,13 até junho de 2021, mas este valor está desatualizado e é da ordem de R\$ 6.000.000 Ressalta que praticamente um quarto da obra (24%) está sendo feito este ano. Finaliza apresentando fotos da fachada dos 3 conjuntos e fotos internas demonstrando o acabamento, o sistema de incêndio e quadros de força. Sr. Silvio Teixeira de Medeiros, assistente social da SEHAB/DTS-Sudeste, explica sobre o Trabalho Técnico Social realizado pela gerenciadora social Diagonal (Contrato 019/2019) entre janeiro e março de 2021, justificando o valor medido de R\$ 544.771,76. Apresenta os eixos norteadores do PTS: Mobilização, organização e fortalecimento social, Acompanhamento e gestão social da intervenção, Educação ambiental e patrimonial, Desenvolvimento socioeconômico e Assessoria à Gestão Patrimonial. Esta é a temática desenvolvida para o trabalho social, nos períodos de pré-ocupação e pós ocupação, ressaltando que nesse período de pandemia do COVID-19, também teve foco na tipologia 4 do Termo de Referência. Explica que os moradores decidiram que o Conjunto Estevão Baião se chamará Residencial Congonhas. Apresenta Quadro Quantitativo das atividades desenvolvidas nos meses de janeiro a março de 2021, descrevendo as áreas e tipologias, atividades desenvolvidas e quantidade de atendimentos e as comprovando por meio de fotos. Na sequência, Sr. Marcelo Fonseca Ignatios solicita a inversão de pauta da ordem do dia para item VI, de deliberação e, com a concordância dos presentes, Sra. Maria Teresa Stape Affleck apresenta a proposta para deliberação relativa à manutenção e conservação das áreas desapropriadas ao longo de muitos anos, ressaltando que esta é uma demanda importante e recorrente da Subprefeitura do Jabaquara. Com a defasagem ocorrida entre a continuidade das obras de HIS e do prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho, acarretando problemas à população local e registro de muitas reclamações. Informa que, no segundo semestre de 2020, foi feita avaliação dessas áreas que necessitavam de limpeza e agora, a partir de propostas conjuntas de Subprefeitura do Jabaquara, SPObras e SPUrbanismo, trazem para deliberação. Demonstra cronograma de execução até 2022 e mapa geral dos imóveis, demonstrando a grande quantidade de imóveis vazios que hoje acumulam entulhos e algumas fotos destes locais demonstrando a necessidade desta limpeza (SEI nº 7810.2021/0000711-4) Propõe utilizar ata de registro de empresa já existente, de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de vias, logradouros, áreas públicas e desfazimento, através de 03 equipes/mês a serem utilizadas pelo período de doze meses, com valor total previsto de R\$ 4.025.079,01. Na sequência é feita a leitura da minuta de resolução. Sra. Maria Lúcia Refinetti Martins registra abstenção à deliberação, coloca a importância da apresentação do referido item da pauta já na extensão da reunião, quando muitos dos representantes da sociedade civil que já não se encontravam mais presentes, restando somente ela e mais um representante da sociedade civil, manifestando profundo desgosto com a situação. Questiona de onde vai ser remanejado o recurso para executar esses serviços, dentre as intervenções já priorizadas, diante do cenário de escassez de recursos, que faltam para as demais intervenções, entendendo que não está claro como estes terrenos vão ser mantidos após a limpeza, se serão posteriormente guardados uma vez que, na medida em que estejam esvaziados ficam mais sujeitos à ocupação. Enfim, lamenta a situação muito mal resolvida. Na sequência, Sr. Marcelo Fonseca Ignatios pontua se é a discussão é uma questão de mérito ou de forma de colocação, questionando se o tema em si, carece de maior esclarecimento. Explica que a deliberação se fundamenta na urgência do uso inadequado dos terrenos e na falta de conservação dos imóveis públicos. Sra. Sheila Mendes do Nascimento reconhece a urgência e a necessidade de que a limpeza dos terrenos seja feita, somando-se no questionando se, após a limpeza, haverá cuidado desses imóveis, questionando se serão zelados e guardados, sugerindo o envolvimento dos moradores para uso devido, dando como exemplo a implantação de hortas comunitárias, e como vai ser o cuidado depois. Sr. Marcelo Fonseca Ignatios acolhe a importância da pauta, o que é corroborado pela Sra. Marina Masur Reis, que reforça a importância desta pauta uma vez que subprefeitura não condições e nem orçamento para fazer essa zeladoria, ressaltando a necessidade de guarda e segurança dos terrenos, de forma efetiva. Sra. Daniela Tunes Zilio registra a saída da representante titular da SMUL e manifesta necessidade de confirmar o quórum mínimo para a deliberação. Sr. Fernando Fernandes Bernardino concorda com os questionamentos da representante da FAUJSP e aponta que os valores são consideráveis, de modo que solicita maiores esclarecimentos sobre a composição das três equipes a serem contratadas, tendo em vista o valor solicitado, solicitando maior detalhamento das atividades para permitir a deliberação. Sra. Maria Teresa Stape Affleck esclarece que as equipes são formadas por pedreiros e serventes, contendo também ferramentas e equipamentos como compressor, caminhão basculante, caminhão munck e retroescavadeira, para executar a limpeza dos terrenos. Informa que, nestes contratos de manutenção, há também uma equipe faz a gestão dos trabalhos realizados, com rastreamento das áreas e dos equipamentos e medições de produtividade por equipe. Ressalta a estimativa de remoção de 50 mil m³ de entulho, salientando, que no decorrer do contrato, é possível reduzir o número de equipes o prazo. Destaca a importância do conjunto de ações, envolvendo o poder público, por meio dos contratos de vigilância, a participação dos moradores no controle social e no apoio no uso temporário dos imóveis com usos importantes para a própria população, pontuando que há também vigente contrato de vigilância e que este conjunto de ações dará efetividade aos objetivos desejados, para que não ocorram mais ocupações irregulares até que cumpram seus objetivos definitivos. Esgotadas as inscrições para a fala, Sr. Marcelo Fonseca Ignatios coloca em votação nominal, registrando seis votos favoráveis, da SPUrbanismo, SMT, SEHAB, Subprefeitura Jabaquara, SIURB e Associação dos Moradores de Favela, um voto contrário, da SF e uma abstenção, da FAUJSP, totalizando oito votos, de modo que não se verifica quórum para a deliberação. Os representantes solicitam maior detalhamento para as próximas reuniões. Sr. Marcelo Fonseca Ignatios informa que o assunto será retomado em reunião extraordinária. Sra. Daniela Tunes Zilio dá a sequência da pauta, informando que consultará o Regimento Interno a situação da votação que ficou pendente. Segue-se a pauta para o item V. Sra. Sheila Mendes do Nascimento aponta não ter dúvi-

das em relação aos critérios de atendimento, de modo que as dificuldades observadas estão relacionadas ao departamento jurídico de SEHAB. Os processos tramitam de 4 a 5 anos, famílias que tem o direito atendimento habitacional, não estão sendo atendidas, reiterando a necessidade da presença do jurídico de SEHAB e das instâncias superiores que possam resolver esses problemas concretos. Discorre que SEHAB não consegue resolver os problemas apontado e solicita que SPUrbanismo promova reunião com as instâncias superiores para tratar o assunto. Sra. Daniela Perre Rodrigues expõe que a apresentação de DTS/Sudeste contempla os questionamentos que estão sendo reiterados pela representante e esclarece que os critérios foram incluídos na apresentação atendendo solicitação feita na 58ª Reunião Ordinária. Sr. Silvio Teixeira de Medeiros apresenta os critérios de concessão de atendimento habitacional provisório e definitivo e listou os atendimentos provisórios e definitivos concedidos, os motivos de bloqueio e exclusão dos atendimentos. Sobre a concessão do auxílio aluguel informa que está baseada na Lei 13.260/01 e na Portaria SEHAB nº 131/2015 que trata dos atendimentos habitacionais provisórios e definitivos. Ressalta que as remoções por risco ou emergência no perímetro da OUCAE poderiam ser consideradas, para fins de enquadramento na Portaria nº 131/2015, como antecipação de remoções em decorrência de obras públicas, interpretação essa atualmente em discussão na SEHAB, com amparo legal no PDE. Recapitula artigo 3º da Lei da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, prevendo o provimento de HIS para população moradora em favelas atingidas pelas intervenções necessárias, ressaltando o inciso III, que assegura o atendimento habitacional definitivo das famílias de baixa renda atingidas pelas obras e que pela alínea b, o atendimento habitacional mencionado são para as famílias que se enquadram nos critérios dos programas habitacionais, obedecendo a Portaria 131/2015 e o atendimento provisório do auxílio aluguel das famílias envolvidas é continuado até que as famílias sejam assentadas definitivamente. Descreve os critérios de atendimento provisório, apontando limite de renda até R\$ 2.400,00 para até quatro membros e, para cinco ou mais membros considera renda per capita de R\$ 500,00. Para atendimento definitivo a renda familiar mensal pode atingir seis salários mínimos, que é o limite para o HIS faixa 2. Apresenta quadro síntese dos atendimentos provisórios e definitivos concedidos, com 1.521 famílias atendidas com unidade habitacional, 975 famílias em atendimento provisório pelo Programa Auxílio Aluguel, considerados cadastros ativos, 28 famílias com auxílio aluguel bloqueado/suspensão. Explica que o auxílio aluguel é suspenso após seis meses sem que o beneficiário saque o valor. Enfatiza os motivos de suspensão, sendo 13 por ausência de saque, 14 por duplo atendimento em análise e um residente fora do município de São Paulo. Destaca 125 famílias com auxílio aluguel excluído/cancelado, sendo 33 por ausência de saque, 18 por duplo atendimento, 43 não compareceram na atualização cadastral do auxílio aluguel, 19 não compareceram na atualização cadastral para indicação de demanda – DIS 14, 10 por óbito, uma com renda familiar acima do permitido e 1 reside fora do município de São Paulo) Sobre os casos emblemáticos em análise jurídica aponta 2 casos de remoção por risco ou emergência; dez casos de análise de duplo atendimento por desmembramento da composição familiar; um caso de duplo atendimento apontado pelo CadMut; um caso de duplo atendimento por fusão da composição familiar. Sra. Sheila Mendes do Nascimento manifesta indignação diante aos problemas apresentados por SEHAB e relacionados ao jurídico de SEHAB. Sr. Marcelo Fonseca Ignatios registra a reclamação da representante, destacando a presença de SEHAB e a necessidade de continuidade desse assunto nas próximas reuniões. Sra. Maria Lúcia Refinetti Martins aponta que o assunto em tela demanda respostas prontas do jurídico de SEHAB. Sr. Marcelo Fonseca Ignatios encaminha que esse assunto e a deliberação deverão retornar ao GG OUCAE em reunião extraordinária. Dado ao adiantado do horário, o quadro de planejamento geral não é apresentado. Passa a palavra ao município Sr. Gilberto, morador da região, que fala sobre o imóvel em que se localizava a Garagem de Ônibus Tupi e onde a Sabesp pretende instalar a URQ. Questiona a efetividade da instalação de unidade provisória, sugerindo que o terreno pode estar contaminado pelo uso anterior. Reclama da qualidade do serviço da empresa na comunidade, ressaltando a importância da instalação do parque no local. Sra. Antônia Ribeiro Guglielmi esclarece que a SABESP tem dois contratos diferentes na região, um sobre a URQ, que ainda não foi iniciado, e o outro é de coletor tronco para coleta de esgoto, este está em andamento, de modo que é preciso acionar a Sabesp se há problemas na execução do coletor. Sra. Maria Teresa Stape Affleck reflete que o assunto é complexo, mas o objetivo é diminuir a poluição do rio provisoriamente até que todas estas famílias que vivem ao longo do córrego possam ser removidas e a rede coletora possa ser completada e SABESP e Prefeitura Municipal de São Paulo estão procurando a melhor área para implantação dessa URQ e estamos aqui para garantir que a contrapartida não traga nenhum prejuízo à operação urbana. Sra. Daniela Tunes Zilio retoma que a Sabesp fez ampla apresentação sobre este assunto na 56ª Reunião Ordinária e coloca link da página na internet que contém os documentos daquela reunião. Sr. Marcelo Fonseca Ignatios agradece a presença de todos e encerra a reunião às 18h53.

#### SÃO PAULO URBANISMO

Representante Titular	MARCELO FONSECA IGNATIOS	
Representante Suplente	JOYCE REIS FERREIRA DA SILVA	AUSENTE
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO – SMUL</b>		
Representante Titular	FLÁVIA TALIBERTI PERETO	AUSENTE
Representante Suplente	LARA CAVALCANTE RIBEIRO FIGUEIREDO	
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT</b>		
Representante Titular	DAWTON ROBERTO BATISTA GAIA	AUSENTE
Representante Suplente	DENISE MARIA SALIBA DIAS GOMES	
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB</b>		
Representante Titular	MARIA JOSÉ GULLO	
Representante Suplente	NELSON FERRETI FILHO	
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE – SVMA</b>		
Representante Titular	ERIKA VALDMAN	
Representante Suplente	LUCIA NOEMI SIMONI	AUSENTE
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SF</b>		
Representante Titular	FERNANDO FERNANDES BERNARDINO	
Representante Suplente	VIVIAN LIE	AUSENTE
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS – SIURB</b>		
Representante Titular	THOMAS MIGLIORINI CAVELLO	AUSENTE
Representante Suplente	ANTONIA RIBEIRO GUGLIELMI	
<b>PREFEITURA REGIONAL SANTO AMARO</b>		
Representante Titular	JANAIANA LOPES DE MARTINI	AUSENTE
Representante Suplente	GILBERTO ULANIN	AUSENTE
<b>PREFEITURA REGIONAL JABAQUARA</b>		
Representante Titular	MARIANA MASUR REIS	
Representante Suplente	FERNANDO MARCOS FERREIRA	
<b>MOVIMENTO DEFENSA SÃO PAULO</b>		
Representante Titular	JOSÉ ORLANDO GHEDINI	
Representante Suplente	LUCILIA FALCÃO PESSOA LACRETA	AUSENTE
<b>INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL – IAB</b>		
Representante Titular	CATHARINA CHRISTINA TEIXEIRA	AUSENTE
Representante Suplente	ESTEVÃO SABATIER SIMÕES FERREIRA	AUSENTE
<b>INSTITUTO DE ENGENHARIA – IE</b>		
Representante Titular	MARCELA GARCIA HENRIQUE	AUSENTE
Representante Suplente	MARCOS MOUTERNO	AUSENTE
<b>ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE EMPRESÁRIOS DE OBRAS PÚBLICAS - APEOP</b>		
Representante Titular	ANTÔNIO MARCOS DÓRIA VIEIRA	
Representante Suplente	PATRICIA MAROJA BARATA CHAMIÉ	AUSENTE

#### SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRAS, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO – SECOVI

Representante Titular	EDUARDO DELLA MANNA	
Representante Suplente	ADRIANO PANTANO	
<b>ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB</b>		
Representante Titular	LUIZ ANTONIO DE ANDRADE	AUSENTE
Representante Suplente	MÁRCIA ISIS FERRAZ DE SOUZA	AUSENTE
<b>FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FAU/USP</b>		
Representante Titular	MARIA LÚCIA REFINETTI R. MARTINS	
Representante Suplente	JOÃO FERNANDO PIRES MEYER	AUSENTE
<b>UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA – UMM</b>		
Representante Titular	CARLINA HENRIQUE DA SILVA	AUSENTE
Representante Suplente	BENEDITO ROBERTO BARBOSA	AUSENTE
<b>ASSOCIAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS MORADORES DE FAVELA DO PERÍMETRO DA OPERAÇÃO URBANA</b>		
Representante Titular	SHEILA MENDES DO NASCIMENTO	
Representante Suplente	OLAVO GERALDO	AUSENTE

#### PROCESSO SEI Nº 7810.2020/0000201-3

#### ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OUC ÁGUA ESPRAIDA

#### REALIZADA EM 26/05/2021

#### Plataforma Microsoft Teams

Às 15h08, do dia 26 de maio de 2021, Sra. Maria de Fátima do N. Niy, Gerente de Gestão Financeira da SPUrbanismo e representante suplente da SPUrbanismo, toma a palavra, cumprimenta cordialmente os presentes e inicia a 8ª Reunião Extraordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada – GG OUCAE, com pauta proposta: Expediente: I. Verificação de Presença; II. Portarias de Nomeação: Publicação D.O.C. – Portaria SGM 157, de 19 de maio de 2021, designa o senhor JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ e a senhora GABRIELA DA SILVA MEDEIROS, para, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, e como representantes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, integrarem o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada; Publicação D.O.C. – Portaria SGM 167, de 20 de maio de 2021, designa o senhor FERNANDO HENRIQUE GASPERINI e a senhora MARIA DE FÁTIMA DO NASCIMENTO NIY, para, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, e como representantes da São Paulo Urbanismo, integrarem o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada; Publicação D.O.C. – Portaria SGM 167, de 20 de maio de 2021, designa a senhora MARIA DE FÁTIMA MARQUES FERNANDES, para, na qualidade de titular, e como representante da Subprefeitura Santo Amaro, integrar o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada; Ordem do Dia: I. Deliberação: Contratação de Equipe para Manutenção e Conservação das áreas desapropriadas pela OUCAE, SEI nº 7810.2021/0000711-4. Verifica a presença dos seguintes representantes: Maria de Fátima do Nascimento Niy, representante suplente da São Paulo Urbanismo; José Armênio de Brito Cruz, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento– SMUL; Gabriela da Silva Medeiros, representante suplente da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento– SMUL; Dawton Roberto Batista Gaia, representante titular da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – SMT; Denise Maria Saliba Dias Gomes, representante suplente da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes–SMT; Erika Valdmán, representante titular da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA; Lucia Noemi Simoni, representante suplente da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA; Maria José Gullo, representante titular da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB; Antônia Ribeiro Guglielmi, representante suplente da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB; Gilberto Ulanin, representante suplente da Subprefeitura de Santo Amaro; Marina Mansur Reis, representante titular da Subprefeitura do Jabaquara; José Orlando Ghedini, representante titular do Movimento Defesa São Paulo; Catharina Christina Teixeira representante titular do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB; Eduardo Della Manna, representante titular Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo – SECOVI; Maria Lúcia Refinetti R. Martins, representante titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo – FAU/USP. No decorrer da reunião, registra-se a presença dos seguintes representantes: Sheila Mendes do Nascimento representante titular Associação dos Representantes dos Moradores de Favela do Perímetro da Operação Urbana e Nelson Ferreti Filho, representante suplente da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB. Após leitura das Portarias de Nomeação, passa à Ordem do Dia. Sra. Maria Teresa Stape Affleck, Gerente de Planejamento e Monitoramento da SPUrbanismo, apresenta pauta de deliberação relativa à Contratação de Equipe para Manutenção e Conservação das áreas desapropriadas pela OUCAE (SEI nº 7810.2021/0000711-4), ressaltando ser demanda recorrente da população e da Subprefeitura do Jabaquara, tendo em vista que estas desapropriações ocorreram há anos, demonstrando em planta e com fotos a grande quantidade de imóveis vazios que acumulam entulhos e carecem de ações de zeladoria. Retoma o assunto da limpeza dos terrenos, iniciado na 59ª Reunião Ordinária, mas que não houve quórum e tempo hábil para fazer esgotar o debate. Aponta grande quantidade de imóveis com imissão na posse cumprida, dentre a totalidade dos imóveis em processo de desapropriação, no âmbito da OUCAE. Demonstra que, do total de 370 imóveis para a execução da Via Parque, 134 encontram-se com imissão na posse cumprida. Sobre as áreas a serem destinadas ao uso habitacional de interesse social, dos 120 imóveis previstos, 70 já tiveram imissão na posse cumprida, destacando que todas essas áreas precisam ser cuidadas pela Municipalidade enquanto as intervenções não são executadas. Argumenta que a proposta de deliberação acerca da limpeza das áreas tem como resultados esperados ações simultâneas, apontando que há vigente contrato de segurança e vigilância pela SPObras, o que tem reduzido ocupações irregulares. Observa trabalho social que a companhia essas áreas e, ao longo dos anos, produção habitacional pública em diversas áreas desapropriadas. Contudo, reflete que falta uma peça no conjunto de ações em relação a esses imóveis, a qual atribui ser a necessidade de manutenção dos imóveis, com objetivo de melhorar a qualidade de vida, preservar a saúde pública, dar maior segurança para os pedestres, inibir ocupações irregulares, bem como proporcionar usos temporários. Justifica os argumentos por meio de cronograma de ações simultâneas para os imóveis, prevendo que a deliberação ora apresentada visa à conservação e manutenção das áreas entre 2021 e 2022, tendo em vista a previsão de retomada das obras de produção habitacional a partir de 2023, destacando ações vigentes de vigilância e segurança paralela à proposta de contratação. Destaca apoio da Subprefeitura Jabaquara e dos moradores, bem como trabalho técnico social para completar o conjunto de ações simultâneas, destacando a necessidade de realização do leilão para que haja recursos para executar as obras de habitação de interesse social e da Via Parque no prazo planejado. Apresenta que há cerca de 58 mil metros quadrados a serem conservadas inicialmente, destacando necessidade de retirada de grandes volumes de entulho. Demonstra detalhamento da mão de obra, equipamentos e custos estimados em R\$ 4.025.079,01, utilizando três equipes por mês, pelo período de doze meses. Retoma que, na 59ª Reunião Ordinária, foi demandado como seria a equipe padrão de manutenção de vias, logradouros e áreas públicas, valendo-se de modelo de Ata de Registro de Preço usada para a elaboração da proposta para a deliberação na 59ª Reunião Ordinária, que venceu em 15/05/2021, mas que é uma equipe padrão que produz trabalho de zeladoria no âmbito das subprefeituras. Sobre a necessidade de recursos, elucida que não será mais por meio da ata de registro usada no embasamento do orçamento estimado, sendo buscada alternativa mais rápida para assumir esse traba-

lho. Uma alternativa é a Subprefeitura Jabaquara sub-rogar contrato para esta ação. Sr. Eduardo Della Manna, representante titular do SECOVI, demonstra surpresa em relação à situação dos imóveis, refletindo ser acúmulo de dez anos de falta de ações que deveriam ter sido tomadas pela Subprefeitura Jabaquara, questionando qual o motivo dessas ações não terem sido realizadas pela subprefeitura, que é o órgão responsável pela manutenção e conservação das áreas públicas. Considera que o vácuo apontado na explanação quando apresentado o cronograma de ações simultâneas trata-se de falta de planejamento, que não deveria ter ocorrido. Por fim, questiona qual o valor do recurso livre hoje disponível para investimento no âmbito do quadro financeiro da OUCAE. Sra. Maria Teresa Stape Affleck responde que a Subprefeitura Jabaquara não teve recursos para absorver esse passivo da Municipalidade, fruto do descompasso entre as desapropriações e a produção habitacional, de modo que o órgão não conseguiu conservar a área, pois não dispunha de recursos para tal, sendo esse o objetivo desta reunião. De fato, o planejamento não foi capaz de perceber o descompasso em decorrência da escassez de recurso que atrasou a execução das intervenções de habitação de interesse social em relação ao grande volume de imissões de posse fruto dos processos de desapropriações no âmbito dos contratos dos lotes 1 a 4. Retoma que houve esforços ao longo de 2019 para evitar ocupações irregulares, desde o contrato de vigilância até as cessões de uso das áreas, a título precário. Contudo, não foram suficientes para a conservação de muitas delas. Quanto ao saldo de recursos disponíveis para novas deliberações, Sra. Maria de Fátima do N. Niy informa que, em 31/03 havia cerca de R\$ 70,0 milhões de saldo financeiro total, sendo já reservados, para o orçamento de 2021, R\$ 30,0 milhões para o primeiro semestre, restando ainda previsão de solicitação de reserva para contratos em andamento e para contratar projeto para o Grupo 3 de HIS, a reserva de aproximadamente R\$ 20 milhões a serem gastos ainda este ano. Explica que, do ponto de vista financeiro, não há recurso livre, dependendo da execução do leilão para executar as intervenções em andamento. Sr. José Orlando Ghedini, representante titular do Movimento Defesa São Paulo, retomar que solicita há anos transparência nos gastos da OUCAE, demonstrando surpresa na convocação de reunião para deliberar sobre nova despesa de recursos no âmbito da OUCAE, sendo que a Operação Urbana se encontra sem recursos. Recupera que, outrora, o GG OUCAE não foi consultado sobre o comprometimento dos gastos maiores e coloca-se espantado com pedido de recurso pra manutenção de próprios municipais que tiveram imissão na posse há cinco ou seis anos, de modo que os imóveis já estavam abandonados e cheios de entulho. Reflete que limpar esses terrenos agora seria inútil e promoveria desperdício de recursos, de modo que poderiam ser ocupados irregularmente previamente ao início das obras que serão iniciadas daqui a dois ou três anos, sendo que poderia ser previsto que a limpeza do terreno seja feita como início da obra, previamente à execução da fundação das edificações. Pondera que o gasto seria redundante e acarretaria desperdício de recurso público. Aponta que cabe à Municipalidade limpar as calçadas. Estima que o valor solicitado equivale a cinquenta unidades habitacionais, ou elaboração de projeto para cerca de quinhentas unidades habitacionais, posicionando-se contrário à deliberação. Sra. Maria Lucia Refinetti R. Martins se sente contemplada nas falas anteriores, de modo a não repetir o que já foi exposto, uma vez que não cabe a esse Grupo de Gestão autorizar a contratação desse tipo de despesa. Diante do desconforto do assunto ter sido colocado em pauta na 59ª Reunião Ordinária, releu a legislação sobre as operações urbanas, de modo a ser claro que os recursos oriundos do instrumento só podem ser gastos em ações de investimento. Sobre o papel do grupo de gestão, sente-se segura em se colocar contrária à proposta, por estar em desacordo à legislação que regra as operações urbanas, a OUCAE e o Plano Diretor Estratégico. Afirma que não é cabível a este GG OUCAE autorizar qualquer ação de limpeza e conservação não esteja diretamente ligada ao escopo das ações da OUCAE, quando desvinculada de obras. Reflete que a OUCAE tem feito tantas ações assessorias que o recurso é gasto sem cumprir seu objetivo principal. Resume que a proposta é descabida em relação ao conceito da natureza das ações que podem ser financiadas pelos recursos da OUCAE e perpetua os problemas do passado, utilizando recursos já comprometidos para ações assessorias. Sugere que se pensem alternativas para ocupar áreas para uso público, ainda que temporário. Sra. Erika Valdmán questiona quais áreas serão para HIS e quais são para a execução do parque linear, pois não há previsão de início para as obras da intervenção da Via Parque. Pergunta o que será feito com essas áreas, o que é respondido pela Sra. Maria Teresa Stape Affleck que ações paralelas de usos temporários não estão na proposta, mas poderá ser feita a partir dessa proposta. Sobre as explanações anteriores, informa que há planejamento para a limpeza da área. Reflete que o custo para limpar a área previamente ao início de obra, sendo caracterizado no contrato como ações preliminares, de modo que o valor será gasto em algum momento. Explica que serão inicialmente catorze áreas para HIS e três áreas de Via Parque. Acha interessante a proposta de pensar usos temporário para as áreas da Via Parque. Sr. Eduardo Della Manna questiona a origem do entulho acumulado nos imóveis, supondo ser de origem clandestina, demandando se caberia ao serviço de vigilância contratado fiscalizar essa ação. Sra. Maria Teresa Stape Affleck responde que o transbordo clandestino só pode ser combatido pela polícia em ação em flagrante, não sendo esse o papel do contrato de segurança da SPObras. Sr. José Armênio de Brito Cruz, se solidariza à indignação que todos que acompanham a OUCAE enxergam. Concorda que o papel da operação urbana é transformar o território, de modo que os terrenos desapropriados existem para cumprir os objetivos da operação urbana. A OUCAE tem problemas históricos, com problemas de contratos, de modo que não caminho conforme o desejo de todos e esse descompasso ensejou o pedido de recurso da deliberação desta reunião, para não prejudicar os moradores da região. Justifica que o poder público se esforça para viabilizar o leilão e coloca-se favorável à manutenção das áreas nesse momento, para não agravar a situação atual. Sra. Catharina Christina Teixeira, representante titular do IAB-SP, coloca como as demais falas da sociedade civil a indignação sobre o passivo que a OUCAE está enxergando como custo extraordinário, na medida em que a OUCAE paga pela vigilância dos terrenos. Pondera que segurança não é somente em relação à possibilidade de ocupação irregular dos imóveis, mas abrange também a guarda do patrimônio com ações de zeladoria, de modo que isso pode acarretar passivo ambiental para a operação urbana e, como consequência, inviabilizar o uso habitacional desses imóveis. Sendo assim, a OUCAE não pode se responsabilizar por mais essa despesa decorrente da falta de gestão e controle das áreas públicas. Crítica a convocação de Reunião Extraordinária chamada às pressas para autorizar gasto a partir do próximo mês, antes da liberação do leilão, sendo previstos gastos a partir de junho de 2021. Coloca-se contrária a esta deliberação para ações de manutenção. Indaga qual a participação da Prefeitura Municipal de São Paulo em relação a despesas para salvaguarda do patrimônio público, pois, na medida em que a proposta não entra como item de planejamento explicitamente nas planilhas financeiras, Preocupa-se que essa responsabilidade seja jogada para o colegiado da maneira como exposta. Sr. José Orlando Ghedini explica que os entulhos não foram despejados por transbordo, pois os caminhões não acessam a maioria dessas áreas. Acredita que os entulhos tenham sido despejados ao longo dos anos. Expõe que os imóveis nunca foram limpos e interroga se pagarão por limpeza mensal. Sra. Maria Teresa Stape Affleck esclarece que o contrato é mensal, mas que os terrenos não serão limpos mensalmente, de modo que a contratação prevê ordem de serviço para limpar os terrenos e não executar limpezas periódicas em cada terreno. Sr. José Orlando Ghedini